

DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO: o papel da escola na desconstrução do preconceito e discriminação racial

Karina Borges Vieira

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: karinavieira024@gmail.com)

Luana Moraes Dos Passos

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: passosluana749@gmail.com)

Thais Dias da Silva

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: thaysdias2@gmail.com)

Rosângela Labre de Oliveira

Orientador(a) do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: rosangelalabre@hotmail.com)

RESUMO

O presente artigo é um estudo bibliográfico que pretende analisar numa perspectiva histórica as relações estabelecidas entre a diversidade étnico-racial brasileira e o processo de inclusão escolar do povo negro. Partindo do pressuposto das políticas públicas com ações afirmativas já existirem dentro do ambiente escolar, problematiza-se a luta dos povos negros pelo direito a igualdade e a permanência de práticas preconceituosas em toda a estrutura social. Ademais, tornou-se importante destacar a negação do racismo e o papel da escola na desconstrução do preconceito racial, sendo, a instituição inicial de socialização e construção da identidade do sujeito, o campo do intelecto, o espaço que oferece, entre outros, informações e saberes capazes de transformar ou conservar a cultura do preconceito.

Palavras-chave: Preconceito racial. Escola. Contradição.

ABSTRACT

The present article is a bibliographic study that intends to analyze in a historical perspective the relations established between the Brazilian ethnic racial diversity and the process of school inclusion of the black people. Based on the assumption that public policies with affirmative actions already exist within the school environment, the struggle of black people for the right to equality and the permanence of prejudiced practices throughout the social structure is problematized. In addition, has become important to highlight the denial of racism and the role of the school in deconstructing racial prejudice, being the initial institution of socialization and construction of the subject's identity, the field of intellect, the space that offers, among others, information and knowledge capable of transforming or conserving the culture of prejudice.

Keywords: Racial prejudice. School. Contradiction.

1 INTRODUÇÃO

A proposta do trabalho é fazer uma reflexão antropológica dos processos de inclusão do negro/preto na sociedade, investigando o papel da escola na desconstrução do preconceito e discriminação racial.

A escola é um reflexo da sociedade e a discriminação racial está presente nas estruturas sociais, na cultura dominante, nos discursos e práticas de vários países ocidentais. Desta forma, a escola, sendo uma instituição de saber/poder, que na modernidade propõe uma educação inclusiva, democrática e igualitária, tem como função social, combater o racismo através de informações e argumentos que permitam a construção de conceitos e a reflexão fundamentada para o combate à discriminação racial que leva ao preconceito.

A escola tem um papel muito importante na formação de indivíduos buscando educação mais justa e igualitária. Vivemos em uma sociedade multicultural e diversa. Essa diversidade foi cultuada durante toda a história com indiferenças, julgamentos e preconceitos. O maior reflexo disso é o racismo perpetuado durante todo esse tempo sobre os negros, iniciado na época da escravidão até os tempos atuais da nossa sociedade.

Esse preconceito é estrutural e transcendeu ou perpetuou o ambiente escolar, tornando as instituições de educação um ambiente social que naturaliza as relações de poder que conserva de forma não velada o preconceito racial, necessitando de estudos e reflexões que possibilitem novas práticas para a construção de uma educação para a transformação.

2 DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO: a contradição dos discursos e práticas

Um rápido e superficial retrospecto sobre a história do negro mostra a influência dos discursos e práticas reproduzidas na sociedade. As contradições é uma forma de negação que impossibilita a reflexão sobre as práticas, dificultando a mudança necessária para a transformação de culturas violentas e excludentes.

Na atualidade existem muitos discursos sobre igualdade e inclusão. Mas de acordo com Artur Ramos existem uma conspiração do silêncio em torno das práticas de discriminação racial no Brasil. Isso é uma questão cultural que só é possível compreender fazendo um estudo histórico para desvendar preconceitos.

Ao investigar as influências que o Negro africano exerceu no Novo Mundo, RAMOS, (1946, p.36) esclarece que é necessário considerar os tipos de negros, não pelas suas características biológicas mas como representantes de culturas que foram transportadas de suas áreas naturais para outros povos e outras culturas, e obrigados a negar suas origens.

Se no Mundo Antigo eles tinham suas próprias características individuais de acordo com suas várias tribos e grupos; seus próprios traços, suas linguagens, costumes, cultura e comportamento. Tudo isso, no Renascimento, os navegantes europeus, brancos, sequestraram com o tráfico e escravidão desses povos. A escravidão é um dos fatores que condicionaram a diluição das culturas negras, unificando-as num só denominador comum.

Aqui no Brasil não se sabe ao certo quando chegaram, pois não há nada que comprove diretamente com plena certeza a sua chegada. Há resquícios de um documento de transporte de escravos em 1532, tanto índios como negros. Na época substituíram muito a escravidão indígena pela dos negros. No dia 7 de 11 de 1831, declararam a soltura aos escravos de fora do Brasil, mesmo assim perdurou por muitos anos a escravidão de forma ilegal, dia 13 /05 de 1888 quando colocaram o fim da escravidão.

Mesmo após o fim da escravidão, aos olhos do povo branco, os negros continuavam a servir apenas como empregados. O discurso de liberdade proporcionou o convívio em sociedade, compartilhando do mesmo ambiente, mas com papéis e funções muito bem definidos. Os que possuíam maior valor aquisitivo (geralmente os donos de fazenda), e a classe trabalhadora (que geralmente eram empregados desses fazendeiros), que era toda negra.

Após a abolição da escravatura a população negra teve que ir atrás da sua própria emancipação. Houve uma crescente mão de obra de pessoas brancas assim, diminuindo a oportunidade dos negros de fazer parte da nova sociedade, sem trabalho eles continuavam a ter uma vida miserável sem possibilidades de melhora. Porém, uma parte da população negra já se empunha desde então. Criavam grupos de resistência e luta, se refugiando para preservar um pouco de sua cultura.

Com a Reforma de Couto Ferraz, inicia o processo de escolarização dos negros, garantindo que os negros libertos poderiam ter acesso desde que tivessem dinheiro para custear. Essa proposta ofereceu aos Senhores a possibilidade de negociar essa educação, pagavam pelos estudos em troca da gratidão e servidão e

também de uma forma mais oculta através de Sinhás e padres ensinavam de forma informal nas fazendas e alguns senhores pensando em ganhar com a possibilidade de que negros alfabetizados seriam de melhor uso para trabalho.

No Período do Império, existiam leis que proibiam o acesso da população negra a Educação. Eles justificavam que os negros não saberiam se portar e viver em sociedade. Mas isso nada mais era do que o medo da população ser bem sucedida intelectualmente e economicamente. Baseado nesses discursos e no poder dominante, por um bom tempo, prevaleceu o branqueamento dos ambientes escolares.

O Estado Republicano com o desenvolvimento da indústria, oferece fazendo que aumente o ensino profissionalizante, necessitando que os negros adentrassem a escola para se fazer mão de obra, e adentrasse ao Ensino Popular que os ensinavam o primário. Com tempo se espalhando aos poucos pelo resto dos estados, dando acesso a educação para população negra mesmo sendo para uma pequena parte dela, já que o preconceito racial ainda era muito forte. Os poucos que conseguiam essa escolarização formaram movimentos de resistência, assim dando lugar aos primeiros protestos em busca que suas reivindicações fossem ouvidas, evoluindo fazendo com que sua luta tivesse repercussão.

A escolarização era uma forma de não serem vistos apenas como pobres escravos, mas como parte da sociedade de uma forma igualitária e em busca de direitos iguais e acesso à educação e a valorização da população negra. Assim, esses movimentos se expandem para todo país abrindo escolas para alfabetização de pessoas negras organizadas por esses movimentos, um deles foi pela Frente Negra que dava acesso à educação a população negra de forma gratuita.

Assim, as manifestações de conscientização, de protesto, união e integração social estavam permeadas de discursos em prol da valorização do negro-respeito, prestígio e honorabilidade - e da ascensão social através da educação (ARAÚJO; SILVA, 2005, p.73).

Essas mudanças na criação de escolas profissionalizantes e dos movimentos negros ajudaram demais pela busca de uma sociedade mais igualitária. Mas o preconceito racial dentro da escola nada mais é do que o reflexo da sociedade e o que ela replica nas relações, trabalho e afins. Depois do aumento do ensino público houve um aumento da população mais pobre a acesso a escolarização, consequentemente, a população negra ao acesso à escola. Porém, isso não exclui a

diferenciação de brancos e negros no ambiente escolar. E com o tempo houve muitas evoluções educacionais, e ainda sim, no século XIX e XX, a classe negra ainda não tinha acesso à escola de forma livre, já que as classes dominantes não permitiam.

2.1 A Educação para todos: o negro na escola

Houve movimentos em 1986, que queria uma nova LDB e se deparam na mesma época com os movimentos de cunho racial, e que adentraram também a luta da reforma. Acerca da desigualdade entre a população negra e branca em todos os sentidos, revelando mais uma vez a crítica situação dos negros perante a sociedade. Após grandes lutas do movimento negro não apenas na educação, mas também relação a sociedade como um todo houve algumas mudanças. Leis e diretrizes propunham a população negra dentro da educação e na sociedade, mas sem a luta popular constante, essas leis ficaram apenas no papel, não só lutaram como fazem com que elas sejam executadas. Sabe que a luta perdura até hoje, mas foi e é de grande valia para que esse preconceito não se torne ainda mais velado.

Na (re)leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX deduz-se população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao processo e a gratuidade escolar legitimaram uma "aparente" democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que tá sem os negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto Educacional, seja este universal ou específico (ARAÚJO; SILVA, 2005, p.71).

A partir da década de 90, os indicadores econômicos e sociais brasileiros passaram a mostrar o grau e o tamanho da desigualdade brasileira naquilo que se refere ao quesito cor. O racismo incansavelmente denunciado pelo movimento social negro consubstanciou-se a partir da década de 90 em números incontestáveis. Quando todos são pobres, incidem sobre a criança negra desempenhos escolares inferiores. Sobre a mulher negra, sua renda é inferior em relação às mulheres brancas na mesma profissão. O homem negro recebe menos que o homem branco devido as diferenças na escolaridade.

Pode-se dizer que hoje a escola voltou a ser um lugar de conhecimento, logo após o estado perceber a educação podia trazer benefícios econômicos. Ressaltando também, que a educação foi um método usado de forma para alienar e reproduzir conceitos que bem convinha para o estado. Mesmo com o passar dos anos e algumas

transformações, vários termos escolares ainda permanecem intactos sem grandes mudanças com tempo, tais como o preconceito. Só que agora, sendo de uma forma muitas vezes velada, tratando com indiferença quem não se encaixa no padrão imposto pela sociedade, assim a população negra sendo uma delas. Esse preconceito ainda está muito enraizado, desde as épocas antigas perdurando até hoje, se tem uma necessidade cada vez mais de trabalhar a democracia escolar mostrando a importância do processo de inclusão e de formação social. Já que o preconceito está impregnado até hoje, por isso a necessidade de se trabalhar a diversidade étnico-cultural do racismo na educação.

Assim, construindo melhores valores desconstruindo a cultura do racismo. Hoje se vê mais informações sobre a questão racial na escola e na sociedade e sobre a importância da cultura negra na história do nosso país. Mas está longe de ser o ideal. Infelizmente, não se aboliu racismo do ambiente escolar, e ainda é importante o assunto ser debate para entender-se uma forma de mudar culturalmente esse pensamento preconceituoso, junto a todos os outros problemas que a educação enfrenta nos dias de hoje.

O Brasil é o um país com uma grande população negra. Há pouco tempo não se tinha no nosso país leis que consideravam o racismo um crime. Pouco se fala dentro das escolas sobre os negros, isso se dá por uma forma de discriminação, mas também porque pouco se sabe da real história do negro na educação. Não se tem muitos estudos e pesquisas sobre tal assunto, de como foi a trajetória até de fato conseguirem terem acesso à educação dentro das instituições escolares. E de como foi o processo de desigualdade preconceito racial dentro dessas instituições. Existiu uma necessidade muito grande desses estudos.

No ensino superior é possível perceber quais os cursos possuem mais negros e quais os cursos destinados aos brancos. São muitas as barreiras que impossibilitam a inclusão do povo negro no ensino superior, entre elas: o processo seletivo, o valor do curso e a evasão forçada pela necessidade de trabalho para a sobrevivência.

Apesar da importância e diversidade dos trabalhos sobre o racismo e educação, ainda faltam muitos aspectos a serem desvendados, diante da complexidade das relações sociais brasileiras e da forma pela qual o racismo se expressa na escola (DIAS, 2005, p. 50).

Diante disso o que se tem feito para uma forma de tentar erradicar esse tipo de situação problema de cunho racial? Além do trabalho de se mostrar a importância

do multiculturalismo e da diversidade, das Leis e diretrizes é no campo da construção e desconstrução de saberes que pode acontecer a reflexão para a mudança.

2.2 Papel da escola na desconstrução do preconceito e discriminação racial.

A desigualdade e a discriminação racial continuam sendo um fenômeno presente na estrutura social brasileira. O racismo atua como um dispositivo que legitima o genocídio colonizador, dividindo e hierarquizando a população. São construídos preconceitos sobre o povo negro através de discursos e práticas incorporadas na cultura dominante de um país.

Embora o fortalecimento da identidade da raça negra com seus movimentos organizados tenha contribuído para o enfrentamento da discriminação racial, os dados e eventos apresentados pela imprensa e pelos documentos oficiais, mostram a necessidade urgente de ações afirmativas contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

De acordo com o Minidicionário de Língua Portuguesa, o preconceito é um conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos necessários sobre um determinado assunto (FERREIRA, 1977). Sendo assim, é algo gerado pela falta de conhecimento sobre um assunto, tornando função da instituição responsável pelo processo educacional do indivíduo, o oferecimento de uma educação efetivamente antirracista.

Sendo o preconceito no Brasil, estrutural e sistêmico, se faz necessário compreender o papel da instituição escola na luta contra o racismo e a favor da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A escola não é a única responsável pela desconstrução do preconceito, mas como instituição democrática, que oferece educação e conhecimentos para todos, válida e atende as oportunidades de mudanças para banir a discriminação (THEODORO, 2008).

A educação tem como papel a transformação e a luta contra a conservação do preconceito sistêmico e cultural. Tem como objetivo não apenas os ensinamentos teóricos científicos, mas também, valores para formação de bons cidadãos.

Nosso país sendo um país miscigenado, deve usar toda essa pluralidade cultural para trabalhar a desconstrução do preconceito. Todas as crianças devem aprender a sua real importância, agregando nesse processo educacional a valorização da cultura da população negra, e a erradicação no preconceito racial.

As escolas brasileiras possuem marcas da história geradas por aspectos econômicos, sociais e culturais, não é imune na preservação de uma educação dualista de uma organização sistêmica que é maior que a escola. Para Munanga e Gomes (2005, p.50):

Considerando a escola como parte da organização social, o preconceito e a discriminação também se mostram presentes na comunidade escolar, “envolvendo um universo composto de relações raciais e pessoais entre estudantes, professores, direção e funcionários” podendo ser fortalecida pelos ideários repassados pelos livros didáticos ou por políticas educacionais despreocupadas com a formação humana, influenciando diretamente na forma como o conhecimento é transmitido, bem como na trajetória dos estudantes.

A discriminação racial dentro das escolas é uma atividade que deve ser desvelada, problematizada para ser combatida como elemento que facilita e oportuniza a proposição de novos olhares, fazeres e transformações. E a escola tem esse papel, não somente ela, porém de grande importância para formação de uma sociedade mais empática com o próximo, assim desfazendo preconceito que foi criado e perpetuado durante a história sobre os afrodescendentes.

O ambiente da sala de aula com sua diversidade propicia que todos tenham o mesmo direito, acrescenta, valida e torna oportuno a determinação e acompanhamento de cada um ao longo da história. Nesse espaço diverso é possível trabalhar a representatividade como sujeito do meio, construindo na prática social, saberes e bons valores para a igualdade e o respeito as diferenças.

De acordo com Munanga e Gomes (2005), a escola deve centrar-se uma educação antirracista, multicultural e pluriversal, ou seja, que não seja universal, focada em uma única visão de mundo eurocêntrico, uma vez que acomoda a pluralidade das visões de mundo, valorizando a diversidade que nos faz humanos. Uma educação que contemple todas as ancestralidades brasileiras: indígenas, africanas, asiáticas e europeias.

A escola consiste em um espaço que atenda a todos, satisfazendo e fortalecendo cada momento de interatividade junto ao que propicia e torna exequível o combate ao racismo. Conforme destaca Santos, (2005), o papel da escola quanto ao preconceito, discriminação racial, ou seja, uma educação antirracista vai muito além do que simplesmente combater as manifestações materiais do racismo cotidiano, como ofensas e xingamentos. Apesar de positivas, as medidas que

promovem a melhoria do clima escolar e a dissolução de conflitos com base em discriminação étnico-racial não bastam para a construção de uma educação efetivamente que discute e dialoga sobre o racismo. É preciso que haja a garantia da pluriversalidade, um corpo docente que etnicamente destaca por meio das competências curriculares a cultura do povo africano, indígena, dentre outros como fator primordial para o reconhecimento do mesmo em nosso país.

A escola não pode se omitir do papel de educar para a igualdade, trabalhando uma educação dialógica e reflexiva, não pactuando com o discurso da neutralidade. É preciso denunciar, desde cedo, práticas preconceituosas e trabalhar a história do povo negro de forma antropológica. O conhecimento é uma das formas de combater o preconceito e a escola pode, desde muito cedo, trabalhar efetivamente contra o preconceito.

No ambiente escolar a criança aprofunda sua vivência coletiva e desenvolve o processo de formação da identidade social. Cabe aos docentes, utilizarem-se pedagogicamente das circunstâncias que ocorrem no cotidiano para desfazer toda essa construção perversa e silenciosa, que é o racismo. Para isso, deve-se adotar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, respeitando as diferenças e compreendendo que todas as pessoas são iguais entre si e possuidoras dos mesmos direitos.

São inúmeras as barreiras encontradas na escola para trabalhar o preconceito racial. Segundo Munanga e Gomes (2005, p.15) alguns professores brasileiros não tiveram em sua formação o preparo para trabalhar a diversidade e os problemas que envolve o preconceito. Esse fator dificulta o processo de desconstrução, reconhecendo que não é possível oferecer o que se desconhece. Portanto, é urgente a formação continuada para todos os profissionais da educação escolar.

É necessário um trabalho nos encontros pedagógicos para o exercício da reflexão sobre a construção das identidades de forma divertida e alegre, não dando enfoque, somente ao processo da escravidão e do sofrimento. Segundo (CAVALLEIRO, 2005, p.12) a escola deve estar atenta ao processo de construção das identidades para que as práticas do cotidiano escolar não levem o indivíduo negro a:

[...] auto rejeição, desenvolvimento de baixa autoestima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e,

consequentemente, evasão escolar. Para o aluno branco, ao contrário acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública (CAVALLEIRO, 2005, p.12).

Esse é um dos motivos que a escola tem como função desenvolver um trabalho de auto estima e reconhecimento dentro do espaço social. Sendo a escola o princípio da socialização fora do espaço familiar e a responsável pelas interações e apropriações dos saberes do mundo, é fundamental compreendermos o papel dessa instituição não somente na desconstrução do preconceito racial, mas na contribuição de uma sociedade igualitária.

Ações importantíssimas estão sendo implantadas para auxiliar as escolas. Em forma de políticas de ações afirmativas, como a conquista da Lei 10.639 / 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), instituindo o ensino da história da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos de todas as escolas do país, nos vários graus e modalidades de ensino e o dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Foi incluído no calendário escolar nacional em 2003 e, em 2011, instituído oficialmente pela lei federal 12.519. A regulamentação não transformou a data em feriado nacional e fica a critério de cada estado e cidade optar por ser feriado ou não.

Essas ações proporcionam uma releitura da história dos povos africanos com o intuito de reforçar as características culturais e físicas das pessoas negras, fazendo com que o negro olhe para si mesmo com orgulho e reconhecimento e que as demais etnias reconheçam os indivíduos negros como seres humanos. Embora não seja suficiente, abrem caminhos para o debate e reflexão no espaço educacional social escolar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo no Brasil está na estrutura social é a escola como instituição da sociedade não é imune aos processos do sistema social. Embora a escola/educação possui um papel transformador e central na sociedade, auxiliando na construção de um ensino que combata o racismo e a discriminação, é necessário compreender as múltiplas abordagens e perspectivas, que conservam em seu caráter sistêmico o racismo do nosso cotidiano.

Ao fim desse estudo, acredita-se que o trabalho de desconstrução do preconceito só será possível através do conhecimento da história e do combate as práticas violentas que passam despercebidas no espaço escolar. É preciso estar atento aos discursos que se espalham pela sociedade através de meios culturais e escolares, que por vezes só implementam questões da legalidade, que por si só, pode não dar conta. É perceptível que houve avanços por parte do Governo motivados pelas lutas sociais do povo negro, mas o trabalho de desconstrução de antigas práticas é constante e deve envolver toda a sociedade, cabendo a escola o papel de iniciar esse processo desde as primeiras experiências sociais do indivíduo, seja ele negro, branco ou pardo.

Para modificar visões preconceituosas, se faz urgente uma reflexão crítica e problematizadora em torno da questão étnico-racial com os segmentos da escola tomando consciência da realidade para iniciar um processo de formação e transformação social. Reconhecer a conservação do preconceito pelo negacionismo é o primeiro passo para a transformação dessa realidade.

Educar para a diversidade, é combater as desigualdades, frente a história de nosso país com a cultura de seu povo, assim, é um compromisso com a equidade que necessita de um trabalho que estimule o desvelamento das práticas preconceituosas e a elaboração de conhecimentos sobre a cultura africana e a troca interculturais que formam o povo brasileiro.

Desconstruir o preconceito na escola é possível quando se propõe saberes históricos que eliminam o juízo pré-concebido na cultura discriminatória formada antecipadamente, sem fundamento crítico e conhecimento real de um povo que construiu e constrói a sociedade brasileira.

É urgente trabalhar o reconhecimento do povo afro-brasileiro e ensinar as crianças a amar e respeitar o próximo, independentemente de sua cor. O ensino que pode acontecer em toda a sociedade, mas que de forma consciente, pode iniciar no ambiente escolar, pela instituição responsável pela apresentação dos saberes construídos às crianças e jovens de uma sociedade. Como afirmou Nelson Mandela (1918-2013) o líder mundial de luta contra o preconceito,

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar (MANDELA – citado em: SILVA, 2015, p. 08).

É a instituição escola que possui o campo do intelecto, o espaço que oferece, entre outros, informações e saberes capazes de transformar ou conservar a cultura do preconceito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.; SILVA, G. da. Da interdição escolar as ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnologias. In: ROMÃO, Jeruse. (Orgs.). **História da Educação do Negro e outras Histórias**. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALLEIRO, E. dos S. Introdução. In: SECAD - Secretaria de Educação continuada. **Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.11-18.

DIAS, L. R. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 a Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, Jeruse. (Orgs.). **História da Educação do Negro e outras Histórias**. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo minidicionário da língua portuguesa: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1977.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

RAMOS, A. **As culturas negras no novo mundo: o negro brasileiro – III**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

SILVA, A. M. M. Apresentação. In: SILVA, A. M. M.; TIRIBA, L. (orgs.). **Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 08.

THEODORO, M. **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a abolição**. 2.ed. Brasília: IPEA, 2008.